



9º Encontro Internacional de Política Social
16º Encontro Nacional de Política Social
Tema: A Política Social na Crise Sanitária revelando Outras Crises
Vitória (ES, Brasil), 13 a 15 de junho de 2023

Eixo: Questões agrária, urbana e ambiental

Mapeamento das áreas segregadas na cidade de Campos dos Goytacazes/RJ

Ana Cláudia de Jesus Barreto¹
Jady Cristina Mattos Gomes²
Katy Dutra Fernandes³
Maiza da Silva Izaías⁴

O projeto de pesquisa em curso está sendo desenvolvido desde novembro de 2021, com o objetivo de mapear os bairros que foram selecionados pelo poder público para a construção das moradias do Programa Habitacional Morar Feliz (PHMF), e que foram entregues a partir de 2011. Com o intuito de avaliar se o acesso a moradia garantiu o direito à cidade. Haja vista que o direito a cidade não se restringe a demanda por moradias, saneamento básico, infraestrutura, equipamentos urbanos por si só. A ter mesmo porque essas demandas podem ser ofertadas sem que haja a ruptura com o modo de produção capitalista, causador da segregação urbana. O direito a cidade compreende o direito coletivo de remodelar os processos de urbanização, ou seja, a cidade é modelada partir das escolhas dos cidadãos. segundo David Harvey (2014:28) “é o direito de mudar a nós mesmos, mudando a cidade. Foram realizadas entre abril a julho de 2022 dez visitas aos conjuntos do PHMF, são eles: Parque Prazeres, Parque Esplanada, Tapera, Novo Eldorado, Jockey, Penha e Parque Aldeia. Constatou-se a presença nos territórios dos equipamentos públicos, como: escolas, posto de saúde, creche, Centro de Referência de Assistência Social. Foi realizado um levantamento sobre a distância percorrida pelos moradores para alcançar os serviços públicos. E para tanto aleatoriamente era escolhida uma rua que faz parte do conjunto habitacional para servir de referência de tempo de

¹ Doutora em Serviço Social e Coordenadora do Projeto de Pesquisa. Professora adjunta do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF/Campos). E-mail: acjbarreto@id.uff.br.

² Aluna do Curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF/Campos), bolsista FAPERJ. E-mail: jadycristina@id.uff.br.

³ Aluna do Curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF/Campos), voluntária PIBIC. E-mail: katyfernandes@id.uff.br.

⁴ Aluna do Curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF/Campos), bolsista PIBIC. E-mail: maizaizaiais@id.uff.br.

deslocamento até o serviço público demandado pelos moradores. Foi utilizado o Google Maps para fazer a medição, sendo constatado que a localização geográfica de alguns conjuntos habitacionais faz com que os moradores percorram uma distância curta para relativa, enquanto para outros conjuntos, os moradores percorrem uma distância longa. Deve-se levar em consideração que a população residente é de baixa renda, a cidade tem problemas com transporte público, cuja oferta não é fluida e por essa razão, além do fato econômico, os moradores se deslocam pela cidade ou pelo bairro de bicicleta ou a pé. Abaixo segue um exemplo de distanciamento curto e longo de dois conjuntos habitacionais e o acesso ao equipamento público de saúde.

Tabela 1: Acesso ao equipamento público de saúde

CONUNTO HABITACIONAL	EQUIPAMENTO PÚBLICO	MEIO DE TRANSPORTE	DISTÂNCIA (Km)	TEMPO DE DESLOCAMNETO (Minutos)
Pq. Prazeres	Unidade Básica de Saúde	Bicicleta	0,600	2
		A pé	0,650	8
Tapera I e II	Hospital de Uruaí	Bicicleta	3,9	13
		A pé	3,8	46

Fonte: NEPER

Queremos fazer um destaque para os bairros Tapera I e II por ser o mais distante em relação aos equipamentos públicos, os moradores estão isolados da cidade e a sensação de quem entra no bairro é que estão residindo numa área rural. O horário do transporte público é escasso, os moradores reclamam dos atrasos, o comércio é distante, apenas existe uma mercearia numa rua do conjunto. Apesar de existir equipamentos públicos nos territórios pesquisados, o acesso aos mesmos não é uma garantia. Vale ressaltar que os equipamentos públicos já existiam anteriormente a chegada dos moradores do PHMF. Muito raramente temos casos de equipamentos públicos que foram construídos posteriormente a sua chegada, para atender ao aumento da demanda por escola, creche e atendimento de saúde. Percebeu-se um estigma em torno das famílias beneficiárias do PHMF, elas são vistas como “invasoras”. Os conjuntos habitacionais apresentam-se como lugar de abandono pelo poder público, o que ameaça a garantia de acesso dos moradores à cidadania, uma vez que se apresentam como lugares de vulnerabilidade, violência, pobreza e falta de condições ideais de moradia, em nenhum momento os sujeitos sociais foram consultados ou informados sobre o planejamento do programa, dando espaços de diálogos e construção de um ideal de local de moradia.

REFERÊNCIAS

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes**: do direito à cidade a revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014. Disponível em : https://www.folha1.com.br/_conteudo/2017/12/geral/1228130-casas-do-morar-feliz-a-venda.html. Acesso em 16 de fev de 2023.